



Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2023

JIRAU ENERGIA S.A.

SUMÁRIO

BALANÇO PATRIMONIAL	2
BALANÇO PATRIMONIAL	3
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	4
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE	5
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	7
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	8
2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	9
3. PRÁTICAS CONTÁBEIS E USO DE ESTIMATIVAS.....	9
4. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES VIGENTES E NÃO VIGENTES.....	10
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	12
6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LONGO PRAZO.....	12
7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	13
8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR	14
9. TRIBUTOS DIFERIDOS.....	15
10. IMOBILIZADO.....	16
11. INTANGÍVEL	18
12. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR.....	19
13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	19
14. TRIBUTOS A RECOLHER	22
15. ENCARGOS SETORIAIS.....	22
16. USO DO BEM PÚBLICO (UBP)	22
17. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS.....	23
18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	26
19. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	27
20. CUSTOS DE OPERAÇÃO	28
21. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS GERAIS ADMINISTRATIVAS	28
22. RESULTADO FINANCEIRO	29
23. PARTES RELACIONADAS	29
24. PLANOS DE CONTRIBUIÇÃO	30
25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	30
26. SEGUROS.....	34
27. COMPROMISSOS.....	35

JIRAU ENERGIA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	863.473	692.538
Contas a receber de clientes	7	425.123	377.340
Almoxarifado		68.629	46.672
Impostos e contribuições a recuperar	8	18.447	25.505
Despesa antecipada		27.210	23.856
Outros ativos circulantes		47.590	44.602
Total do circulante		<u>1.450.472</u>	<u>1.210.513</u>
Não circulante			
Aplicações Financeiras	6	430.582	380.694
Despesa antecipada		14.164	34.668
Impostos e contribuições a recuperar	8	73.052	76.802
Tributos diferidos	9	1.352.895	1.379.818
Depósitos judiciais	17.2	3.029	3.024
Imobilizado	10	16.315.792	16.981.242
Intangível	11	477.183	498.157
Total do não circulante		<u>18.666.697</u>	<u>19.354.405</u>
Total do ativo		<u>20.117.169</u>	<u>20.564.918</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e contas a pagar	12	217.861	204.852
Empréstimos e financiamentos	13	676.438	622.266
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar		13.958	11.352
Tributos a recolher	14	23.986	31.675
Encargos setoriais	15	65.900	55.816
Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)	16	19.193	18.456
Provisões de contingências	17.1	3.601	3.707
Provisões ambientais	17.4	113.419	107.484
Outros passivos circulantes		2.073	2.559
Total do circulante		<u>1.136.429</u>	<u>1.058.167</u>
Não circulante			
Fornecedores e contas a pagar	12	66.207	86.256
Empréstimos e financiamentos	13	9.315.813	9.858.378
Encargos setoriais	15	10.771	11.696
Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)	16	138.116	135.271
Provisões de contingências	17.1	14.245	2.429
Provisões ambientais	17.4	482.119	503.456
Outros passivos não circulantes		381	390
Total do não circulante		<u>10.027.652</u>	<u>10.597.876</u>
Patrimônio líquido			
Capital Social	18	11.673.710	11.673.710
Prejuízo Acumulado		(2.720.622)	(2.764.835)
Total do patrimônio líquido		<u>8.953.088</u>	<u>8.908.875</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>20.117.169</u>	<u>20.564.918</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional, líquida	19	3.378.906	3.116.478
Custos de Operação	20	(2.367.087)	(2.355.578)
Custos com energia elétrica		(1.390.489)	(1.360.794)
Demais custos de operação		(976.598)	(994.784)
Lucro bruto		1.011.819	760.900
Outras receitas e (custos) operacionais	21	1.857	33.402
Despesas gerais e administrativas	21	(84.260)	(83.154)
Lucro operacional		929.416	711.148
Resultado financeiro	22	(858.280)	(866.505)
Receitas financeiras		150.273	115.409
Despesas financeiras		(1.008.553)	(981.914)
Lucro (Prejuízo) antes dos tributos		71.136	(155.357)
Imposto de renda e Contribuição social	9	(26.923)	51.122
Diferido		(26.923)	51.122
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		44.213	(104.235)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

JIRAU ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	44.213	(104.235)
Resultado abrangente do exercício	<u>44.213</u>	<u>(104.235)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

JIRAU ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Capital Social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	11.673.710	(2.660.600)	9.013.110
Prejuízo do exercício	-	(104.235)	(104.235)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	11.673.710	(2.764.835)	8.908.875
Lucro líquido do exercício	-	44.213	44.213
Saldos em 31 de dezembro de 2023	11.673.710	(2.720.622)	8.953.088

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		44.213	(104.235)
Ajustado por:			
Depreciação e amortização	10 e 11	759.087	760.108
Juros provisionados	13.2	939.729	937.644
Repactuação do risco hidrológico (GFOM)	11	-	(43.744)
Resultado com transações na CCEE	20	50.179	44.517
Custos retardatários (OCPC05)		-	30.433
Atualização de custos ambientais (AVP)	17.4	39.542	26.606
Ressarcimento do risco hidrológico - GSF	20	20.504	20.505
Atualização monetária do UBP	16	22.283	21.120
Despesas antecipadas	20	10.189	8.869
Provisão/ reversão e atualização para contingências	17	1.836	(8.753)
Comissões sobre empréstimos	13.2	3.243	4.203
Baixa de imobilizado e intangível	10	2.692	5.828
Rendimentos de aplicação financeira	22	(152.074)	(109.427)
Atualização monetária	22	(5.611)	(9.498)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	26.923	(51.122)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.2	1	15
Variações dos ativos e passivos operacionais:			
Clientes	7	(47.784)	(62.515)
Almoxarifado		(4.172)	2.692
Despesas antecipadas		(13.543)	(9.813)
Depósito judicial	17.2	(5)	(148)
Outros ativos		(2.988)	7.124
Fornecedores e contas a pagar		(57.219)	(85.673)
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar		2.606	1.369
Encargos setoriais		9.159	4.842
Pagamento do UBP	16	(18.701)	(17.331)
Pagamento de custos ambientais	17.3	(54.944)	(34.415)
Tributos a recuperar		(157.717)	(163.048)
Pagamento de contingências	17	(1.486)	(34.878)
Tributos a recolher		173.985	188.151
Outros passivos		(495)	2.038
Caixa líquidos gerado pelas atividades operacionais		1.589.432	1.331.464
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado e intangível	10 e 11	(81.780)	(74.485)
Venda de imobilizado		-	12.166
Aplicações financeiras		102.186	44.955
Tributos compensáveis (aquisição de imobilizado)		(7.538)	(6.872)
Caixa consumido nas atividades de investimentos		12.868	(24.236)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de principal dos empréstimos e financiamentos	13.2	(592.854)	(276.444)
Pagamento de juros dos empréstimos e financiamentos	13.2	(838.511)	(432.951)
Caixa consumido nas atividades de financiamentos		(1.431.365)	(709.395)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		692.538	94.705
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		863.473	692.538
Transações não caixa:			
Compensação tributária		181.674	179.322
Aquisição imobilizado (desapropriação de terras e faixa de servidão)		11.360	-
Transferência Imobilizado/Estoque		17.785	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Jirau Energia S.A é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, Av. Presidente Wilson, 231 - sala 2904, constituída em 15 de julho de 2007, com filial em Porto Velho - RO, na Rodovia BR-364 - km 824 - Jaci Paraná, constituída em 12 de dezembro de 2009.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de setembro de 2023, aprovou-se a alteração da denominação social da Companhia de Energia Sustentável do Brasil S.A. para Jirau Energia S.A.

A área de atuação e a atividade operacional da Companhia é a geração de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

No dia 12 de agosto de 2008, foi publicado no Diário Oficial da União - DOU a outorga pela União (poder concedente) da concessão uso de bem público para exploração do potencial de energia hidráulica do rio Madeira, no estado de Rondônia, para a UHE Jirau. A concessão foi outorgada por um prazo de 35 anos, a partir da assinatura do Contrato de Concessão nº 002/08 - MME-UHE Jirau, que ocorreu no dia 13 de agosto de 2008 (o prazo de concessão da UHE Jirau, foi estendido até dezembro de 2045).

Em setembro de 2013, teve início a operação comercial da primeira unidade geradora (UG) da UHE Jirau. Com a publicação do Despacho nº 3.032 da ANEEL, de 22 de novembro de 2016, a Companhia completou, formalmente, sua motorização, ou seja, 50 unidades geradoras em operação comercial. No dia 16 de dezembro de 2016, ocorreu a cerimônia de inauguração da UHE Jirau, que reforça a segurança energética do país com 3.750 MW.

A partir de 1º de janeiro de 2023, devido a revisão ordinária de garantia física das UHEs despachadas centralizadamente no SIN, a garantia física da UHE Jirau passou a ser de 2.101,5 MW médios (R\$ 2.211,6 em 2022), conforme divulgado na Portaria nº 709/GM/MME de 02 de dezembro de 2022.

Atualmente a garantia física é negociada na seguinte proporção:

- 74% destinada ao Ambiente de Contratação Regulado - ACR, conforme Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEARs;
- 26% destinada ao Ambiente de Contratação Livre – ACL.

1.1 Continuidade Operacional

A Companhia apresenta prejuízo acumulado registrado em seu patrimônio líquido de R\$ 2.720.622 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 2.764.835 em 31 de dezembro de 2022), decorrentes principalmente dos impactos, no passado, da exposição aos preços do mercado de curto prazo sobre os efeitos do GSF e do elevado custo de encargos de transmissão. Em 2022 ocorreu a materialização de mudanças relevantes para a estrutura de custos, mitigando quaisquer riscos de descontinuidade operacional observados até o exercício passado.

A Companhia mantém estratégias seguras de mitigação de descontinuidade, tais como: (i) consolidação da estratégia de gestão de portfólio minimizando o risco de exposição ao mercado por meio de leilões bem-sucedidos de compra de energia no curto, médio e longo prazos e (ii) revisão tarifária do EUST (Encargo de Uso do Sistema de Transmissão) que, após 10 anos, com o fim do ciclo de estabilização da tarifa, resultou na redução de 12% dos custos do referido encargo, colocando a Companhia em rota de geração de lucro a partir do exercício de 2023.

A Companhia apresentou o capital circulante líquido (CCL) positivo de R\$ 314.043 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 152.346 em 31 de dezembro de 2022 (CCL) positivo). Para os próximos exercícios é previsto a Companhia obtenha recursos suficientes para manter o CCL positivo.

A Administração da Jirau Energia, em conjunto com seus acionistas, tem como estratégia a manutenção das ações para mitigação do risco hidrológico e da exposição do seu balanço energético, a avaliação contínua de oportunidades regulatórias e comerciais, a melhoria constante da qualidade operacional, de forma a oferecer alta disponibilidade e seguir mantendo a confiabilidade na geração na energia para o Setor Elétrico Brasileiro, o que conferiu conceito “A” na última avaliação (Relatório DARDO 2022) da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

A Administração tem, na data de aprovação das Demonstrações Financeiras, expectativa razoável de que o Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de elaboração

As informações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, não havendo instrumentos financeiros que, pelas normas deveriam ser mensurados pelo seu valor justo. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

A conclusão das demonstrações financeiras foi autorizada e aprovada pela Diretoria da Companhia em 31 de janeiro de 2024.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

3. PRÁTICAS CONTÁBEIS E USO DE ESTIMATIVAS

3.1. Práticas contábeis

As práticas contábeis aplicadas da Companhia estão apresentadas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes.

3.2. Uso de estimativas e práticas contábeis críticas

As práticas contábeis críticas são aquelas importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados e requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de se fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas.

Na preparação das demonstrações financeiras, a Companhia adotou determinadas premissas decorrentes de experiência histórica e outros fatores que considera como razoáveis e relevantes. Ainda que essas estimativas e premissas sejam revistas pela Companhia no curso dos negócios, a demonstração da sua condição financeira e dos resultados das operações frequentemente requer o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões inerentemente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e dos seus passivos. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados.

As principais notas explicativas vinculadas a aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas são:

Nota	Estimativas significativas
7.3	Contas a receber
9.1	Tributos diferidos
10.1 e 11.1	Imobilizado e Intangível
17.3	Provisão para processos judiciais
19.1	Receita Líquida

4. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES VIGENTES E NÃO VIGENTES

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ('IASB') e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ('CPC') são os seguintes:

Normativo emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de covenants como circulante ou não circulante. Segundo, as emendas o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas covenants cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	01/01/2024, aplicação retrospectiva.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

IFRS 16/ CPC 6 (R2). Arrendamentos	<p>As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retroarrendamento ('<i>Sale and Leaseback</i>') de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.</p> <p>Divulgação das Operações de Risco Sacado, desconto de títulos, <i>reverse factoring</i>, <i>confirming</i> e/ ou assemelhadas, que envolvam as Companhias e seus fornecedores.</p>	01/01/2024, aplicação retrospectiva.
IAS 7/ CPC 3: Demonstração dos Fluxos de Caixa	<p>Os novos requisitos de divulgação tornarão visível o uso de acordos de financiamento ou postergação de prazo de fornecedores por uma Companhia e permitirão que os investidores observem como esse uso desses instrumentos afetou as operações da Companhia.</p>	01/01/2024, aplicação retrospectiva.

As alterações em Pronunciamentos que entrarão em vigor em 01 de janeiro de 2024 não produzirão impactos relevantes nas demonstrações financeiras. Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e equivalentes de caixa representa recursos em Conta Corrente Bancária e Aplicações Financeiras em operações de perfil conservador, com taxas pré-fixadas, atreladas a Selic e com liquidez diária ou com carência limitada de até 90 dias. Esses ativos podem ser prontamente convertidos em um montante conhecido de caixa, sem um risco significativo de alteração valor.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa e bancos	363	4.731
Aplicações financeiras	863.110	687.807
Total	<u>863.473</u>	<u>692.538</u>

As aplicações financeiras são compostas por operações compromissadas, CDBs e Fundos.

As operações compromissadas são títulos de renda fixa que oferecem remuneração vinculada à taxa CDI. Em 31 de dezembro de 2023, essas operações apresentaram uma rentabilidade que variou entre 72% e 99% do CDI (em 31 de dezembro de 2022 a faixa de rentabilidade ficou entre 75% e 80% do CDI). Para esta modalidade de aplicação, fechamos 2023, com um volume de R\$ 267.833.

As aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB) de liquidez diária também são remuneradas com base na taxa CDI. Em 31 de dezembro de 2023, a rentabilidade dessas aplicações variava entre 96% e 103,5%, enquanto em 31 de dezembro de 2022 a rentabilidade variava entre 96% e 103,5%. Para esta modalidade de aplicação, fechamos 2023, com um volume de R\$ 548.803.

A aplicação em Fundo Turquesa, exclusivo junto à Caixa Econômica Federal, com exposição a taxas de juros SELIC/CDI, sendo a rentabilidade uma média de 98,77% do CDI. Para esta modalidade de aplicação, fechamos 2023, com um volume de R\$ 46.474.

É importante ressaltar que as aplicações financeiras foram realizadas com o objetivo de suprir os compromissos de caixa de curto prazo e não para fins de investimentos com outras finalidades específicas.

A mutação das aplicações financeiras é como segue:

	Aplicações financeiras	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldo inicial	687.807	93.448
Aplicação	3.348.326	1.942.485
Resgate	(3.270.026)	(1.370.377)
Rendimentos	97.003	22.251
Saldo final	<u>863.110</u>	<u>687.807</u>

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LONGO PRAZO

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado. Sua finalidade é atender à garantia do financiamento firmado junto ao BNDES e aos demais bancos repassadores, devendo ser mantidas até o final do contrato.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Aplicações em LFT	<u>430.582</u>	<u>380.694</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

A aplicação em Letra Financeira do Tesouro (LFT), sem vinculação à conta reserva de garantia da dívida, foi contratada em 01.09.2023 no montante de R\$ 10.005 apresentando uma rentabilidade estimada de 99,01%. Em 31 de dezembro de 2023, a rentabilidade média apurada foi de 98,95%.

A aplicação em Letra Financeira do Tesouro (LFT) vinculada têm como finalidade garantir o financiamento estabelecido com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e demais bancos repassadores, conforme mencionado na nota explicativa nº 13. Esses depósitos são direcionados à Conta Reserva do Serviço da Dívida (CRSD).

Esses títulos têm proporcionado uma rentabilidade média de 100,48% em relação à taxa Selic diária. Esses números correspondem à média registrada em 31 de dezembro de 2023. Em 31 de dezembro de 2022 esses títulos registraram 100,52%.

A mutação dos fundos de investimentos é como segue:

	LFT	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldo inicial	380.694	316.222
Aplicação	10.005	123.276
Resgate	(9.913)	(101.286)
Rendimentos	49.796	42.482
Saldo final	430.582	380.694

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

7.1. Prática contábil e uso de estimativas críticas

O Contas a receber são registrados inicialmente pelo valor de venda quando o recebimento do valor pela contraprestação for incondicional e deduzido da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Conforme os CCEARs, o faturamento mensal é realizado com base no produto da energia contratada (em MWh) e pelo preço de venda contratado (preço atualizado anualmente).

Considerando as garantias oferecidas nos contratos bilaterais, a exposição do risco de crédito é residual, tanto para os contratos com partes relacionadas quanto com terceiros. Dada à essas características, o nível de constituição das perdas esperas não é relevante para essa classe de recebíveis. Além disso, a CCEE controla o montante de contas a receber e respectivas inadimplências do setor, diminuindo o risco de crédito nessas operações.

PECLD – perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa são constituídas com base em análise individual dos valores a receber, levando em conta eventos de inadimplência com probabilidade de ocorrência em doze meses.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fornecimento de energia elétrica	425.123	377.340
Terceiros	311.541	277.986
Partes relacionadas (nota 23)	124.969	110.740
(-) PECLD (nota 7.2)	(11.387)	(11.386)

7.2. Fornecimento de energia elétrica

O saldo de contas a receber de fornecimento de energia elétrica compreende os recebíveis oriundos da venda de energia.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
ACR	290.397	265.277
ACL	146.113	123.449
Total	<u>436.510</u>	<u>388.726</u>

O *aging* do contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentado como segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
A vencer:		
Até 30 dias	423.838	371.095
Subtotal	<u>423.838</u>	<u>371.095</u>
Vencidos:		
Até 30 dias	-	4.959
Mais de 90 dias	12.672	12.672
Subtotal	<u>12.672</u>	<u>17.631</u>
Total	<u>436.510</u>	<u>388.726</u>

7.3. Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está apresentada a seguir:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldo inicial	11.386	11.371
Provisão	1	15
Saldo final	<u>11.387</u>	<u>11.386</u>

8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	<u>Ref.</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	(a)	25.984	20.144
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL		-	3.175
Programa de integração social e contribuição para financiamento da seguridade social – PIS/COFINS	(b)	65.515	78.986
ISS		-	2
Total		<u>91.499</u>	<u>102.307</u>
Circulante		18.447	25.505
Não circulante		73.052	76.802

(a) O saldo do IRRF é composto pela retenção sobre aplicação financeira e sobre o faturamento da venda de energia.

(b) Os saldos do PIS e da COFINS a compensar são compostos pela aquisição de serviços (principalmente construção civil), máquinas e equipamentos para o ativo imobilizado, compra de energia e pagamento das tarifas de transmissão (EUST). Com a usina em operação, houve aumento

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

no faturamento, e este crédito fiscal passou a ser compensado com o passivo do PIS e da COFINS, em conformidade com a Escrituração Fiscal Digital - EFD Contribuições da Receita Federal do Brasil.

A movimentação dos tributos a recuperar é como segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>Adição de créditos gerados</u>	<u>Compensações</u>	<u>Atualização a juros Selic</u>	<u>31/12/2023</u>
IRRF	20.144	23.807	(20.018)	2.051	25.984
CSLL	3.175	-	(3.476)	301	-
PIS	14.073	25.813	(28.216)	-	11.670
COFINS	64.913	118.894	(129.962)	-	53.845
ISS	2	-	(2)	-	-
Total	<u>102.307</u>	<u>168.514</u>	<u>(181.674)</u>	<u>2.352</u>	<u>91.499</u>
Circulante	25.505				18.447
Não Circulante	76.802				73.052

9. TRIBUTOS DIFERIDOS

9.1. Prática contábil e uso de estimativas críticas

Os tributos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis e são apresentadas de forma líquida nas demonstrações financeiras. Os tributos diferidos sobre prejuízos fiscais são reconhecidos apenas quando for provável que a Companhia apresente lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais prejuízos fiscais possam ser utilizados.

Os tributos diferidos são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, onde também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício em que se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente na data do balanço, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos tributos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultam da forma pela qual a Companhia espera, na data do balanço, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

a) Composição dos tributos diferidos é como segue:

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Prejuízo fiscal (i)	6.410.144	6.410.144
Diferenças temporárias tributáveis (ii)	(2.467.740)	(2.389.548)
Diferenças temporárias dedutíveis (iii)	36.699	37.692
Total	<u>3.979.103</u>	<u>4.058.288</u>
Alíquota combinada do imposto de renda e da contribuição social	34%	34%
Total	<u>1.352.895</u>	<u>1.379.818</u>

(i) A Jirau Energia realiza a estimativa da compensação de seu prejuízo fiscal até o exercício a findar em 31 de dezembro de 2037, com base na projeção de lucro tributável ao longo da operação da

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

usina, no exercício de 2023 a companhia obteve lucro contábil, havendo expectativa de geração de lucro tributável a partir do exercício de 2024.

A expectativa de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal registrado é como segue:

	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2026</u>	<u>2027</u>	<u>Entre 2028 e 2031</u>	<u>Entre 2032 e 2037</u>
Ativo fiscal diferido, líquido	67.533	146.333	225.418	310.019	2.143.305	3.517.537

(ii) As diferenças temporárias tributáveis são compostas por:

- Exclusão dos pagamentos referentes à provisão do passivo ambiental constituído contra o ativo imobilizado R\$96.071, que serão adicionados à apuração conforme amortização desses custos (OCPC05).
- Exclusão dos juros pagos e capitalizados ao ativo imobilizado, que serão adicionados conforme a depreciação de sua parcela no ativo no valor de R\$402.502.
- Depreciação acelerada utilizada nos anos de 2014 a 2016 e 2023 no valor de R\$1.570.099.
- Ajustes líquidos referentes ao arrendamento mercantil dos guindastes R\$250 e direito de uso (aluguel escritório da Jirau Energia no RJ) R\$25, quando são excluídos os pagamentos do valor principal das parcelas e juros e adicionados os valores da depreciação.
- Repactuação do risco hidrológico R\$398.793.

(iii) As diferenças temporárias dedutíveis são compostas por: R\$11.387 de provisão para créditos de liquidação duvidosa, R\$5.085 de provisão para contingências, R\$2.583 de provisão para bônus operacional, R\$2.569 de provisão para bônus administrativos, R\$7.026 provisão engenharia e R\$8.049 demais provisões.

Conciliação da despesa tributária com as alíquotas oficiais:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Resultado antes dos tributos	71.136	(155.357)
Alíquota nominal	34%	34%
Tributos às alíquotas nominais	(24.186)	52.821
Diferenças permanentes	(2.737)	(1.699)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u>26.923</u>	<u>(51.122)</u>
Alíquota efetiva	38%	33%

10. IMOBILIZADO

10.1. Prática contábil e uso de estimativas críticas

Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação (incluindo encargos financeiros), bem como, quando aplicável, a estimativa dos custos com desmontagem do imobilizado e de restauração do local onde o ativo está localizado, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos - (*impairment*).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

A Companhia estimou o valor recuperável de seus ativos de longo prazo com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado, pautando-se nas tendências futuras do setor elétrico, tanto a partir de fontes externas de informações como dados históricos, e com base no resultado operacional e nas projeções da Companhia até o término da concessão com base no crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira.

A projeção do fluxo de caixa operacional contemplou as seguintes premissas: (a) todo o período remanescente da concessão; (b) balanço energético, efeitos do GSF e respectivo acordo além de percentuais projetados por todo o período de concessão; (c) montantes e preços de energia contratados no ACR e no ACL; (d) custos e despesas com pessoal, materiais, serviços de terceiros, encargos setoriais, compra de energia, encargos de transmissão, tributos e outras despesas e projeção de provisões a realizar após a data-base do teste.

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, limitadas ao prazo de concessão. As vidas úteis dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação (*impairment*) destes ativos, quando aplicáveis.

Os ativos que compõem o imobilizado estão registrados ao custo de aquisição ou construção.

	31/12/2023			31/12/2022	
	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço					
Terrenos	4,00	4.737	(1.532)	3.205	3.395
Reservatórios, barragens e adutoras	3,51	4.566.576	(1.351.224)	3.215.352	3.336.596
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,35	6.668.180	(1.943.914)	4.724.266	4.935.992
Máquinas e equipamentos	4,21	10.878.989	(3.199.941)	7.679.048	8.016.642
Veículos	14,20	15.407	(12.747)	2.660	4.119
Móveis e utensílios	6,31	5.269	(2.361)	2.908	3.040
Custos ambientais	3,30	770.042	(209.386)	560.656	586.298
Sobressalentes	4,20	-	-	-	22.299
Direito de Uso	25,00	1.082	(451)	631	631
Total em serviço		22.910.282	(6.721.556)	16.188.726	16.909.012
Em curso					
Terrenos					-
Reservatório, barragem e adutora		94.300	-	94.300	43.813
Máquinas e equipamentos		32.723	-	32.723	28.127
Outros		43	-	43	290
Total em curso		127.066		127.066	72.230
Total		23.037.348	(6.721.556)	16.315.792	16.981.242

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Terrenos	Reservatório - barragens - adutoras	Edificações - obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Custos ambientais	Outros (*)	Imobilizado em curso	Total
Saldos em 31/12/2021	3.584	3.481.964	5.147.351	8.366.321	4.100	3.397	511.509	27.297	16.230	17.561.753
Adições	-	2	-	15.903	2.332	27	98.401	29	56.000	172.694
Transferências	-	-	-	2.880	-	(90)	-	(2.790)	-	-
Baixas	-	(43)	-	(16.855)	(271)	(13)	-	(812)	-	(17.994)
Depreciação	(189)	(145.327)	(211.359)	(351.607)	(2.042)	(281)	(23.612)	(794)	-	(735.211)
Saldos em 31/12/2022	3.395	3.336.596	4.935.992	8.016.642	4.119	3.040	586.298	22.930	72.230	16.981.242
Adições	-	-	-	-	184	-	-	-	91.474	91.658
Unitização	-	24.582	-	11.843	-	213	-	-	(36.638)	-
Transferências (a)	-	117	(1.055)	7.382	(1.906)	(24)	-	(22.299)	-	(17.785)
Baixas	-	(728)	(279)	(808)	(862)	(15)	-	-	-	(2.692)
Depreciação	(190)	(145.215)	(210.392)	(356.011)	1.125	(306)	(25.642)	-	-	(736.631)
Saldos em 31/12/2023	3.205	3.215.352	4.724.266	7.679.048	2.660	2.908	560.656	631	127.066	16.315.792

(*) Saldo composto por sobressalentes e direito de uso.

(a) Valor refere-se, principalmente, a materiais sobressalentes, classificados anteriormente em imobilizado – outros, transferidos para Almoxarifado.

11. INTANGÍVEL

11.1. Prática contábil e uso de estimativas críticas

Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos - (*impairment*).

Os bens e instalações vinculados ao direito de uso da concessão de serviços públicos possuem taxa de amortização que representam sua vida útil-econômica, limitadas ao prazo de concessão.

Por natureza, o ativo intangível está constituído da seguinte forma:

	31/12/2023			31/12/2022	
	Taxas anuais médias de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço					
Uso do bem público	3,00	117.151	(41.084)	76.067	79.934
Direito de uso da concessão – repactuação GSF (a)	5,08	438.744	(39.951)	398.793	416.920
Direito de uso de software	20,00	24.492	(23.365)	1.127	1.303
Total em serviço		580.387	(104.400)	475.987	498.157
Em curso					
Servidões (b)		1.196	-	1.196	-
Total em curso		1.196	-	1.196	-
Total		581.583	(104.400)	477.183	498.157

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

(a) O montante contabilizado referente a extensão de outorga da Cia, foi calculado e fornecido pela CCEE.

(b) Processos cíveis de questões fundiárias.

A movimentação do intangível é como segue:

	<u>UBP</u>	<u>Software</u>	<u>GFOM</u>	<u>Projetos de P&D</u>	<u>Servidões (em curso)</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31/12/2021	83.802	4.275	390.885	156	-	479.118
Adições	-	192	43.744	-	-	43.936
Amortização	(3.868)	(3.164)	(17.709)	(156)	-	(24.897)
Saldos em 31/12/2022	79.934	1.303	416.920	-	-	498.157
Adições	-	286	-	-	1.196	1.482
Amortização	(3.867)	(462)	(18.127)	-	-	(22.456)
Saldos em 31/12/2023	76.067	1.127	398.793	-	1.196	477.183

12. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Energia elétrica	100.584	94.129
Terceiros	99.465	93.257
Partes relacionadas (nota 23)	1.119	872
Encargos de uso da rede	79.173	70.860
Terceiros	69.609	63.269
Partes relacionadas (nota 23)	9.564	7.591
Materiais e serviços	99.578	121.514
Terceiros	99.578	121.514
Retenções contratuais	4.733	4.605
Terceiros	4.733	4.605
Total	284.068	291.108
Circulante	217.861	204.852
Não Circulante	66.207	86.256

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As dívidas são inicialmente reconhecidas pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e dos eventuais pagamentos. Posteriormente são mensuradas pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva e ou valor justo por meio do resultado.

13.1. Dívida líquida

A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

A dívida líquida é composta como segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Empréstimos e financiamentos	10.057.589	10.549.235
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	(863.473)	(692.538)
(-) Aplicações de longo prazo (nota 6)	(430.582)	(380.694)
Dívida líquida	<u>8.763.534</u>	<u>9.476.003</u>
Total do Patrimônio Líquido	8.953.088	8.908.875
Índice de endividamento líquido	0,98	1,06

13.2. Empréstimos e financiamentos

As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados através de empréstimos bancários, em Real brasileiro ("R\$"). As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente refletem os valores liberados pelos credores, líquido dos custos de transação e eventuais pagamentos. Subsequentemente, as dívidas são reconhecidas pelo: i) custo amortizado; ou ii) valor justo por meio do resultado.

(i) Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros

	Moeda	Encargos anuais	Prazo	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
BNDES	R\$	TJLP + 2,25%	Janeiro/2035	4.969.287	5.223.171
Caixa Econômica Federal	R\$	TJLP + 2,65%	Janeiro/2035	1.436.809	1.503.872
Banco do Brasil	R\$	TJLP + 2,65%	Janeiro/2035	1.436.351	1.503.394
Bradesco	R\$	TJLP + 2,65%	Janeiro/2035	1.034.211	1.082.482
Itaú BBI	R\$	TJLP + 2,65%	Janeiro/2035	969.566	1.014.820
Banco do Nordeste	R\$	TJLP + 2,65%	Agosto/2034	211.365	221.496
Subtotal				10.057.589	10.549.235
Custos de captação				(65.338)	(68.591)
Total				<u>9.992.251</u>	<u>10.480.644</u>
Circulante				676.438	622.266
Não Circulante				9.315.813	9.858.378

(ii) Fluxo de pagamento futuros de dívida

Quadro de cronograma de amortização dos financiamentos de longo prazo em 31 de dezembro de 2023:

2024	679.150
2025	986.016
2026	986.016
Entre 2027 e 2035	7.406.407
Subtotal	10.057.589
Custos de captação	(65.338)
Total	<u>9.992.251</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

(iii) Reconciliação da dívida com os fluxos de caixa e outras movimentações

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31/12/2021	363.218	9.884.974	10.248.192
Efeitos no fluxo de caixa:			
Transferências	968.443	(968.443)	-
Pagamentos (juros)	(432.951)	-	(432.951)
Pagamentos (principal)	(276.444)	-	(276.444)
Efeitos não caixa:			
Juros no resultado	-	937.644	937.644
Comissões	-	4.203	4.203
Saldos em 31/12/2022	622.266	9.858.378	10.480.644
Efeitos no fluxo de caixa:			
Transferências	1.485.537	(1.485.537)	-
Pagamentos (juros)	(838.511)	-	(838.511)
Pagamentos (principal)	(592.854)	-	(592.854)
Efeitos não caixa:			
Juros no resultado	-	939.729	939.729
Comissões	-	3.243	3.243
Saldo em 31/12/2023	676.438	9.315.813	9.992.251

(iv) Garantias (Fianças)

Conforme Carta 197/2020, o BNDES informa que após a assinatura do aditivo do Contrato de Cessão de Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avenças ("Contrato de Cessão"), refletindo no item I da decisão descrita na Carta AE/DEENE1 nº 138 e, a Jirau Energia poderá exercer, a qualquer tempo e até que sejam atendidas as condições para a exoneração da fiança corporativa, a possibilidade de apresentação de fiança bancária, emitida com validade mínima de 24 meses, a fim de garantir 2/3 do saldo da Conta Reserva.

A Garantia é composta por 100% da aplicação em conta reserva. A Conta Reserva do Serviço da Dívida - CRSD é equivalente a três prestações do Serviço da Dívida mesmo na hipótese de não atingimento do ICSD mínimo (vide nota 6).

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui o montante de R\$420.202 (R\$380.694 em 31 de dezembro de 2022), aplicado em Títulos Públicos Federais - LFT, com uma rentabilidade média de 100.48% em relação à taxa Selic diária.

Os contratos de financiamento também preveem que, se a Jirau Energia não vendesse sua energia destinada ao ACL, os acionistas da Jirau Energia adquiririam essa energia na proporção de suas participações no capital da Jirau Energia, a um determinado preço definido nos contratos de financiamento.

(v) Condições restritivas financeiras (Covenants)

Conforme o Contrato de Financiamento direto com o BNDES e o Contrato de Financiamento na modalidade de repasse, por meio do sindicato de bancos, a Jirau Energia deveria manter um índice anual de capitalização (patrimônio líquido/ativo total) igual ou superior a 0,2 até 31 de dezembro de 2016, e igual ou superior a 0,25 nos exercícios subsequentes. Em 31 de dezembro de 2023, a Jirau Energia apresentou um índice de capitalização de 0,44 (0,44 em 31 de dezembro de 2022).

A obrigação da Cia de recompor o saldo da CSRSD em seis prestações caso não atingisse o ICSD mínimo de 1,2, foi extinta no exercício de 2023. No entanto, para que ocorra a desoneração das fianças dos Intervenientes é mandatório o atingimento do referido índice por dois anos consecutivos, sem qualquer redução das quantidades de energia contratadas nos CCEALs nesse período.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

O ICSD é calculado pela equação “Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA” dividido pelo Serviço da Dívida (amortização de principal mais pagamento de juros), com base nas informações expressas nas demonstrações financeiras auditadas por empresas registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), em base anual (meta de 1,2x). O índice apurado e verificado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de 1,27 (2,32 em 31 de dezembro de 2022).

14. TRIBUTOS A RECOLHER

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Programa de integração social e contribuição para financiamento da seguridade social – PIS/COFINS	22.466	29.142
Imposto sobre circulação de mercadorias – ICMS	277	1.027
Impostos e contribuições retidos na fonte	-	124
ISSQN	315	227
Encargos sociais	928	1.156
Total	<u>23.986</u>	<u>31.675</u>

15. ENCARGOS SETORIAIS

Os encargos setoriais são contabilizados como custos e são apurados pelo regime de competência.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (a)	67.532	60.347
Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos - CFURH	7.954	6.096
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	1.185	1.069
Total	<u>76.671</u>	<u>67.512</u>
Circulante	65.900	55.816
Não Circulante	10.771	11.696

(a) Em conformidade com a lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, as empresas autorizadas à produção independente de energia elétrica devem aplicar, anualmente, um percentual mínimo de sua receita operacional líquida - ROL em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica - P&D, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL.

16. USO DO BEM PÚBLICO (UBP)

Em 13 de agosto de 2008, a Jirau Energia celebrou o contrato de concessão de uso do bem público, com o intuito de regular a exploração do potencial de energia hidráulica localizado no Rio Madeira

Com o início da operação comercial da primeira unidade geradora, a Jirau Energia está obrigada a ressarcir a União pelo UBP, o montante atualizado de R\$1.538, reajustado anualmente no mês de agosto, pela variação do IPCA. O encargo pelo UBP será devido até o final do Contrato de Concessão da UHE Jirau.

Buscando refletir adequadamente a outorga onerosa da concessão e a respectiva obrigação perante o Poder Concedente, os valores das concessões foram registrados no ativo intangível em contrapartida ao passivo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

A seguir apresentamos a mutação dos saldos:

Saldos em 31/12/2021	149.938
Atualização monetária	21.120
Pagamentos	(17.331)
Saldos em 31/12/2022	153.727
Atualização monetária	22.283
Pagamentos	(18.701)
Saldos em 31/12/2023	157.309
Circulante	19.193
Não circulante	138.116

17. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cíveis e fiscais, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões a Companhia considera a opinião dos assessores jurídicos quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Companhia consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

O passivo em discussão judicial é mantido até o encerramento definitivo da ação, motivado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos.

As provisões constituídas estão compostas como segue:

	Contingências			
	Tributária	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldos em 31/12/2021	34.343	9.819	2.605	49.767
Adição	-	200	-	200
Pagamentos/Indenizações	(26.250)	(800)	(850)	(27.900)
Baixa/reversão	(15.536)	(5.671)	(2.957)	(24.164)
Atualização	4.443	159	3.631	8.233
Saldos em 31/12/2022	-	3.707	2.429	6.136
Adição	-	809	13.019	13.828
Pagamentos/Indenizações	-	(605)	(881)	(1.486)
Baixa/reversão	-	(631)	(1.901)	(2.532)
Atualização	-	321	1.579	1.900
Saldos em 31/12/2023	-	3.601	14.245	17.846
Circulante	-	3.601	-	3.601
Não circulante	-	-	14.245	14.245

17.1. Provisões para processos judiciais

(i) Trabalhistas

Atualmente, a Jirau Energia possui 38 processos trabalhistas com classificação de perda provável, dentre as quais 6 delas foram ajuizadas por ex-empregados da Jirau Energia, enquanto as demais

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

referem-se a demandas propostas por ex-empregados de empresas contratadas, nas quais é pleiteado o reconhecimento da responsabilidade solidária ou subsidiária da Jirau Energia. Por haver provável desembolso futuro em tais processos, encontra-se provisionado, em 31 de dezembro de 2023, o valor de R\$ 3.601 (R\$ 3.707 em 31 de dezembro de 2022, quando havia 41 processos com risco de perda provável). Os principais pedidos objeto das ações trabalhistas envolvem as seguintes matérias: horas extras, horas “in itinere”, adicional de periculosidade ou insalubridade, diferença salarial e danos morais e materiais.

Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$7.519 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 5.539 em 31 de dezembro de 2022) em 19 processos trabalhistas com expectativa de perda possível. Estas 19 reclamações trabalhistas classificadas como prognóstico de perda possível são referentes a demandas propostas por ex-funcionários de empresas contratadas, nas quais é pleiteado o reconhecimento da responsabilidade solidárias ou subsidiária da Companhia.

A companhia adota a incidência do IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir da data de ajuizamento da ação, a incidência da taxa Selic como índice de correção das contingências trabalhistas, conforme decisão do Superior Tribunal Federal - STF, publicada em dezembro de 2020

(ii) Cíveis

O valor provisionado até 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 14.245 (R\$ 2.429 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R\$ 14.145 se referem a processos cíveis de questões fundiárias e indenizatórias de pescadores. O aumento do valor provisionado com relação a dezembro de 2022 se deve principalmente à provisão do processo fundiário n. 7029430-61.2015.8.22.0001 que discute o valor de R\$ 10.164 pela indenização por desapropriação necessária à operação do empreendimento.

Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 558.970 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 562.651 em 31 de dezembro de 2022) em 232 processos cíveis com expectativa de perda possível, referentes a ações ambientais, fundiárias e questões envolvendo fornecedores. Desses 232 processos, 166 são ações indenizatórias que tramitam perante juízos cíveis, propostas por supostos pescadores que alegam ter verificado, somente após a construção das barragens, redução da atividade de pesca nas áreas contíguas aos empreendimentos hidrelétricos instalados no rio Madeira.

Na esfera administrativa, a Companhia recorre perante o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade - ICMBio de Auto de Infração, no valor atualizado de R\$ 79.045 até dezembro de 2023, lavrado pelo chefe do Parque Nacional do Mapinguari, por suposto dano em floresta nativa no interior do parque, decorrente de modificações ocorridas na definição dos limites do referido parque, após o enchimento de seu reservatório.

Atualmente, há antecipação de tutela deferida com efeito suspensivo da multa envolvida e da sanção de embargo da área afetada, até a decisão de mérito administrativa.

Os valores foram atualizados nos termos da lei e conforme decisões judiciais para cada caso.

(iii) Fiscais

A Companhia não possui processos fiscais com provável desembolso futuro. Em 13 de dezembro de 2022, a Companhia e o Município de Porto Velho, celebraram acordo, subscrito ainda pela Associação de Procuradores do Município de Porto Velho, para encerrar a disputa judicial que tratava da base de cálculo para o recolhimento de imposto sobre serviços (“ISSQN”) oriundo do contrato de construção da UHE Jirau com a quitação de todo e qualquer valor discutido no âmbito da referida ação mediante o pagamento de R\$25.000 ao Município de Porto Velho e R\$1.250 a Associação de Procuradores do Município de Porto Velho, a título de honorários de sucumbência. Em 15 de dezembro de 2022, o referido acordo foi homologado em juízo e o processo transitou em julgado. Fato este, que resultou na movimentação ocorrida no exercício de 2022.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

A Companhia possui um total estimado em R\$ 58.665 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 95.040 em 31 de dezembro de 2022) em 34 ações tributárias de naturezas diversas com expectativa de perda possível. Este montante inclui processos administrativos fiscais. O principal fato que resultou na diminuição do valor reportado em 2022 foi o trânsito em julgado da decisão que determinou o cancelamento da cobrança do ISS no processo n. 7023681-58.2018.8.22.0001 no valor de R\$ 44.798. Por conta do desfecho favorável a Jirau, o valor de contingência foi zerado e aguarda-se o arquivamento definitivo do processo.

O principal processo que a Companhia possui relativo a créditos tributários e que tramita na esfera administrativa, na Receita Federal do Brasil, refere-se ao indeferimento pelo Fisco do pedido de homologação de compensação de créditos tributários dos exercícios fiscais de 2011 a 2013 no valor de R\$ 18.186 (Selic Acumulada). Após apresentação de recurso da Jirau Energia com toda a documentação comprobatória, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) julgou, em 17 de outubro de 2019, e deu provimento ao recurso da Companhia para reconhecer a regularidade da documentação apresentada e autorizar que o mérito do pedido de compensação seja analisado pela Receita Federal. O acórdão do CARF foi disponibilizado em 27 de novembro de 2019 e a Companhia vem tomando as providências para que o pedido de homologação de compensação seja analisado com urgência, contudo, não houve andamentos relevantes até 31 de dezembro de 2023.

17.2. Depósito judicial

Os montantes relativos aos depósitos judiciais indicados acima referem-se a valores vinculados a processos judiciais em curso

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Processos cíveis	1.914	1.358
Processos trabalhistas	1.115	1.666
	<u>3.029</u>	<u>3.024</u>

17.3. Prática contábil e uso de estimativas críticas

As provisões são reconhecidas quando: (i) a companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Os passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível.

As contingências são definidas com base em avaliação e qualificação dos riscos de perda e são provisionadas quando há risco provável. Essa avaliação é amparada pelo julgamento da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando-se as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, bem como outros aspectos aplicáveis.

17.4. Provisões ambientais

As obrigações ambientais são derivadas dos prazos dos programas relacionados à fase de implantação (LI), bem como àqueles decorrentes da licença de operação - LO nº 1.097/2012 e a 1ª Renovação da Licença de Operação - LO, para dar continuidade aos programas exigidos anteriormente, que vigorarão até o final da concessão, isto é, durante toda a fase de operação. Também foram calculados os custos da fase de implantação referentes à finalização de serviços e desmobilização e ao Programa de Recuperação de Áreas Degradadas - PRAD.

Com o início da operação comercial, além da baixa das parcelas pagas, é registrada também a atualização monetária dos custos ambientais, com base na mesma taxa utilizada para cálculo do valor presente no registro da provisão.

Em setembro de 2022, conforme reavaliação da Companhia, foi atualizada a provisão para custos ambientais correspondentes aos anos de 2022 a 2045, de forma a refletir o saldo das provisões impostas pelos programas

ambientais mencionados na Licença de Operação de 2018. Os valores nominais foram projetados até o término dos programas e trazidos a valor presente a taxa de 10,36% (WACC do empreendimento).

As provisões ambientais constituídas estão compostas como segue:

Saldos em 31/12/2021	610.940
Adição	98.399
Atualização monetária	26.606
Pagamentos	(34.415)
Saldos em 31/12/2022	610.940
Atualização monetária	39.542
Pagamentos	(54.944)
Saldos em 31/12/2023	595.538
Circulante	113.419
Não circulante	482.119

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

18.1. Capital social autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 12.000.000.000, por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária.

18.2. Capital social subscrito e integralizado

Em 31 de dezembro de 2023, a Jirau Energia registra um capital social subscrito e integralizado de R\$11.673.710, dividido em 11.673.710.000 de ações ordinárias, todas escriturais e sem valor nominal (R\$11.673.710, em 31 de dezembro de 2022).

	<u>Participação (%)</u>
Engie Brasil Participações Ltda.	40,0
Mizha Energia Participações S.A.	20,0
CGT Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	20,0
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF)	20,0
Total	<u>100,0</u>

Conforme as obrigações estabelecidas na cláusula quinta do Acordo de Acionistas da Jirau Energia, os acionistas comprometem-se, na proporção das respectivas participações percentuais, a subscrever e integralizar capital, de acordo com o que dispuser o Cronograma de Aporte de Recursos.

Caso qualquer acionista deixe de integralizar o capital na Jirau Energia por ele subscrito, os demais acionistas, após cinco dias úteis sem que tenha sido sanada a inadimplência, terão o direito de, na proporção de sua participação no capital social (excluída a participação do acionista inadimplente): (i) integralizar tal parcela do capital social; (ii) adquirir as ações já integralizadas; e/ou (iii) adquirir as ações ainda não integralizadas.

Os acionistas da Jirau Energia obrigam-se a não alienar as ações de sua propriedade, salvo com a anuência dos demais acionistas.

19. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

19.1. Prática contábil e uso de estimativas críticas

A receita é reconhecida no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado e quando podem ser mensuradas de forma confiável. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho.

A Companhia vende a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre (ACL), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulado (ACR), onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores.

Com o início da entrega dos montantes de energia dos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (ACR) - CCEARs, a Jirau Energia passou a auferir receita operacional.

Além da receita comercializadas nos ambientes livre e regulado (ACL e ACR), a Companhia obtém receita decorrente da liquidação das sobras de energia na CCEE.

Para a receita de venda de energia na CCEE, a Companhia utiliza-se da medição prévia da usina, extraída do sistema de coleta de dados de energia - SCDE, os dados de perdas internas e perda da rede básica, sendo estes equivalentes à média dos três últimos meses de referência contabilizados, os contratos de compra e venda de energia e PLD realizados até presente data, e os dados de GSF considerando informações disponibilizadas tanto pela CCEE quanto pelo ONS.

A conciliação entre a receita operacional bruta e a receita líquida de venda, é como segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receitas operacional bruta		
Ambiente Regulado - ACR	2.329.641	2.181.838
Ambiente Livre - ACL Partes relacionadas (nota 23)	1.289.369	1.218.846
Ambiente Livre - ACL Contratos bilaterais	107.011	-
Transações no âmbito - CCEE	31.639	63.872
Total	<u>3.757.660</u>	<u>3.464.556</u>
(-) Deduções da receita operacional bruta		
COFINS	(284.131)	(261.168)
PIS	(61.686)	(56.700)
Investimentos P&D	(32.937)	(30.210)
Total	<u>(378.754)</u>	<u>(348.078)</u>
Receita operacional, líquida	<u>3.378.906</u>	<u>3.116.478</u>

20. CUSTOS DE OPERAÇÃO

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Custo com energia elétrica		
Encargos de uso da rede elétrica	(805.222)	(914.348)
Compra de Energia Bilateral	(514.584)	(425.168)
Resultado com transações na CCEE	(50.179)	(44.517)
Repactuação Risco Hidrológico (GSF)	(20.504)	(20.505)
Repactuação Risco Hidrológico (GFOM)	-	43.744
Total	<u>(1.390.489)</u>	<u>(1.360.794)</u>
Demais custos de operação		
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	(71.506)	(82.590)
Custos com pessoal	(42.811)	(37.491)
Equipamentos	(30.851)	(53.325)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(14.215)	(12.812)
Seguros	(10.189)	(8.317)
Serviços de terceiros	(14.650)	(9.875)
Depreciação e amortização	(755.304)	(755.892)
Outros custos	(37.072)	(34.482)
Total	<u>(976.598)</u>	<u>(994.784)</u>
Total custos de operação	<u>(2.367.087)</u>	<u>(2.355.578)</u>

21. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS GERAIS ADMINISTRATIVAS

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Outras receitas operacionais		
Contingências (a)	921	6.289
Outras receitas (b)	936	27.113
Total	<u>1.857</u>	<u>33.402</u>
Despesas gerais administrativas		
Pessoal	(25.704)	(23.157)
Administradores (nota 23.1)	(9.723)	(6.671)
Serviço de terceiros	(25.607)	(32.665)
Depreciação e amortização	(5.519)	(5.614)
Aluguéis	(3.757)	(3.070)
Manutenção e conservação de edifícios	(2.814)	(2.976)
Contribuições	(4.321)	(3.052)
Veículos e transportes	(39)	(20)
Material	(1.313)	(1.795)
Outros	(5.463)	(4.134)
Total	<u>(84.260)</u>	<u>(83.154)</u>
Total outras receitas e despesas gerais e administrativas	<u>(82.403)</u>	<u>(49.752)</u>

(a) Reversão provisão de contingência referente acordo firmado entre Jirau Energia e o Município de Porto Velho, ocorrido em 2022, para encerramento a disputa judicial que tratava da base de cálculo para o recolhimento de imposto sobre serviços ("ISSQN").

(b) Venda de ativo imobilizado no exercício de 2022, referente ao banco de reatores e recebimento litígio de quebra de contrato e comercialização de energia elétrica no ambiente regulado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

22. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receitas Financeiras		
Renda da aplicação financeira	152.074	109.427
Desconto financeiro	2	2.112
Atualização monetária	5.611	9.498
(-) PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(7.414)	(5.628)
Total	<u>150.273</u>	<u>115.409</u>
Despesas Financeiras		
Encargos sobre dívida	(939.729)	(937.644)
Atualização UBP	(22.283)	(21.120)
Atualização custos ambientais (AVP)	(39.542)	(26.606)
Comissões	(4.327)	(4.271)
Atualização financeira provisão contingência tributária ISSQN	-	11.093
Outras despesas financeiras	(2.672)	(3.366)
Total	<u>(1.008.553)</u>	<u>(981.914)</u>
Resultado Financeiro	<u>(858.280)</u>	<u>(866.505)</u>

23. PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados de maneira líquida, a seguir:

Ref.	<u>Ativo / (Passivo)</u>		<u>Receita / (Despesa)</u>	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<u>Receita / (Compra) de Energia Elétrica</u>				
Geramamoré Participações e Comercializadora de Energia Ltda. (Empresa do Grupo Engie)	(a) 73.438	69.422	761.507	719.856
CGT Eletrosul - Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil	(a) 24.792	19.098	253.836	239.952
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF	(a) 24.792	20.379	253.836	239.952
Engie Brasil Energia S.A.	(a) 828	970	20.190	19.086
	<u>123.850</u>	<u>109.868</u>	<u>1.289.369</u>	<u>1.218.846</u>
<u>EUST – Encargos do uso do sistema de transmissão</u>				
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF	(b) (7.618)	(6.165)	(82.738)	(92.745)
CGT Eletrosul - Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil	(b) (1.946)	(1.426)	(20.123)	(22.020)
	<u>(9.564)</u>	<u>(7.591)</u>	<u>(102.861)</u>	<u>(114.765)</u>
<u>Outras Receitas / (Despesas)</u>				
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF	1.045	1.045	-	-
	<u>1.045</u>	<u>1.045</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
TOTAL	<u>115.331</u>	<u>103.322</u>	<u>1.186.508</u>	<u>1.104.081</u>

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas abaixo:

- (a) Contratos de compra e venda de energia, atualizados anualmente pelo IPCA, com os acionistas da Jirau Energia;
- (b) Uso de rede - EUST com base no Contrato de Uso do Sistema de Transmissão firmado com o ONS para a utilização das instalações de transmissão da rede básica;

23.1. Remuneração da administração

As remunerações de empregados, incluindo os ocupantes de funções executivas e membros do conselho de administração da Companhia reconhecidos no resultado do período, estão apresentados como segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Remuneração	7.262	4.404
Encargos	1.798	1.591
Benefícios	663	676
Total	<u>9.723</u>	<u>6.671</u>

24. PLANOS DE CONTRIBUIÇÃO

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a administradores e empregados no resultado, nos períodos em que os serviços são prestados pelos administradores e empregados.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Previdência privada empregados	1.159	1.051
Previdência privada administradores	145	181
Total	<u>1.304</u>	<u>1.232</u>

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

25.1. Gestão de risco de capital

A Jirau Energia implementa uma gestão ativa do seu capital visando garantir a continuidade das suas atividades normais, ao mesmo tempo em que busca maximizar o retorno para todas as partes interessadas envolvidas nas operações, por meio da otimização do equilíbrio entre dívidas e patrimônio. A estratégia geral da Jirau Energia tem se mantido inalterada desde 2013.

No âmbito da gestão de capital, o objetivo primordial da Jirau Energia é garantir a continuidade das operações iniciadas em setembro de 2013 (conforme mencionado na nota explicativa nº 1), proporcionando retorno aos acionistas e mantendo uma estrutura de capital adequada para minimizar os custos associados. A Jirau Energia não está sujeita a nenhum requisito externo específico em relação ao capital, exceto pelo índice de capitalização descrito na nota explicativa nº 13.

A Diretoria Financeira da Jirau Energia revisa trimestralmente a estrutura de capital, levando em consideração o custo do capital e os riscos associados a cada classe de capital. Essa revisão tem como objetivo assegurar uma alocação eficiente dos recursos e uma estrutura de capital equilibrada.

25.2. Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados.

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; e
- Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros.

(ii) Passivo financeiro

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	Mensuração	Contábil		Mercado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	VJR	863.473	692.538	863.473	692.538
Depósitos vinculados	VJR	430.582	380.694	430.582	380.694
Contas a receber de clientes	CA	425.123	377.340	425.123	377.340
Total		1.719.178	1.450.572	1.719.178	1.450.572
Passivos financeiros					
Fornecedores	CA	284.068	291.108	284.068	291.108
Uso do bem público	CA	157.309	153.727	157.309	153.727
Empréstimos e financiamentos	CA	9.992.251	10.480.644	9.992.251	10.480.644
Total		10.433.628	10.925.479	10.433.628	10.925.479

CA – Custo amortizado

VJR – Valor justo por meio do resultado

25.3. Objetivo dos riscos financeiros

Os valores estimados de realização de ativos e passivos financeiros da Jirau Energia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e de metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerando o julgamento da Administração, foi requerida a interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada.

Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderiam ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de metodologias de mercado pode produzir efeitos diferentes nos valores de realização estimados.

As condições financeiras e os resultados das futuras operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um dos fatores de risco descritos a seguir.

25.3.1 Risco de taxa de juros e índices flutuantes

O risco de taxa de juros e índices flutuantes está relacionado à possibilidade de a Jirau Energia incorrer em perdas devido à variação das taxas de juros aplicadas aos seus passivos e ativos. A Jirau Energia está exposta a taxas de juros flutuantes associadas às variações da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP (em contratos de financiamentos), ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (referente ao ressarcimento à União pelo UBP), e ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI (em aplicações financeiras).

Análise de sensibilidade

Considerando a volatilidade histórica das taxas de juros e dos índices de preços, a Jirau Energia realizou uma análise de sensibilidade em relação aos seus ativos e passivos financeiros, a fim de demonstrar os possíveis impactos nos resultados, com base em premissas consideradas prováveis.

Para o cálculo do impacto em 31 de dezembro de 2023, foram consideradas as seguintes variações de taxas: TJLP, DI e IPCA.

(i) Variação na taxa de juros de longo prazo (TJLP)

<u>Operação</u>	<u>Exposição</u>	<u>Risco</u>	<u>Impacto (cenário provável)</u>	<u>Impacto cenário A</u>	<u>Impacto cenário B</u>
Financiamentos	10.057.588	Aumento da TJLP	2.012	(25.144)	(50.288)
Referência para financiamentos		Taxa de 31/12/2023	Cenário provável	(0,25%)	(0,50%)
TJLP		6,55%	6,53%	6,80%	7,05%

Demonstra o saldo total da dívida com o BNDES em 31 de dezembro de 2023, considerando a TJLP de 6,55% a.a. Para o próximo trimestre de 2024, projetamos uma expectativa de 6,53 % a.a., com base na taxa informada pelo BNDES com vigência até março de 2024.

Em relação aos financiamentos, os cenários A e B consideram aumento da TJLP em (0,25%) e (0,50%), respectivamente, com base na taxa vigente a partir de dezembro.

(ii) Variação no DI

<u>Operação</u>	<u>Exposição</u>	<u>Risco</u>	<u>Impacto (cenário provável)</u>	<u>Impacto cenário A</u>	<u>Impacto cenário B</u>
Ativos financeiros (Aplicações em CDB e operação compromissada e depósitos vinculados)	1.293.691	Queda do CDI	(33.759)	(29.153)	(29.153)
Referência para ativos financeiros		Taxa de 31/12/2023	Cenário provável	(0,75%)	(0,75%)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

<u>Operação</u>	<u>Exposição</u>	<u>Risco</u>	<u>Impacto (cenário provável)</u>	<u>Impacto cenário A</u>	<u>Impacto cenário B</u>
CDI		11,75%	9,25%	8,5%	8,5%

Demonstra o saldo das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2023, a uma taxa Selic de 11,75% para o final do período (Banco Central).

Em relação às aplicações financeiras, os cenários A (2025) e B (2026) consideram uma redução da Selic em (0,75%) e (0,75%), em relação ao cenário provável de 2024, respectivamente (Focus 29/12/2023). Os cálculos consideram dias úteis para apuração dos cenários

(iii) Variação no IPCA

<u>Operação</u>	<u>Exposição</u>	<u>Risco</u>	<u>Impacto (cenário provável)</u>	<u>Impacto cenário A</u>	<u>Impacto cenário B</u>
UBP a pagar	157.309	Aumento do IPCA	(975)	(362)	378
Referência para UBP a pagar		Taxa de 31/12/2023	Cenário provável	10%	20%
IPCA		4,54%	3,92%	4,31%	4,78%

Demonstra o saldo do UBP em 31 de dezembro de 2023, considerando a taxa estimada do IPCA de 4,54% para o período, de acordo com o relatório Focus de 29 de dezembro de 2023, e cuja meta para 2024 é de 3,92% a.a. de acordo com o mesmo relatório.

Em relação ao UBP a pagar, os cenários A e B consideram uma aumento do IPCA de 10% e 20% sobre a meta para 2024 respectivamente.

25.3.2 Risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez da Jirau Energia é de responsabilidade da Diretoria Financeira, que controla as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos, pelo monitoramento permanente dos fluxos de caixa previstos e reais.

No intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a Jirau Energia utiliza a política de caixa mínimo, revisado anualmente com base nas projeções de caixa e monitorado mensalmente por essa Diretoria. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

(i) Tabelas do risco de liquidez e juros

As tabelas a seguir mostram, em detalhes, o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Jirau Energia, bem como os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros, com base na data mais próxima em que a Jirau Energia deve quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Jirau Energia deve quitar as respectivas obrigações.

	Taxa de juros efetiva média ponderada - %	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de dezembro de 2023							
Financiamentos	TJLP + 2,65%	119.808	359.580	1.081.571	7.230.644	6.694.315	15.485.918
Fornecedores		217.861	-	-	66.207	-	284.068
UBP a pagar	IPCA	1.591	4.773	12.728	76.368	334.110	429.570
Provisão custos ambientais		4.224	12.672	33.792	70.464	425.028	546.180
Total dos passivos		343.484	377.025	1.128.091	7.443.683	7.453.453	16.745.736

26. SEGUROS

A Jirau Energia promove a contratação de todos os seguros necessários para atender à legislação, às obrigações contratuais do financiamento obtido com o BNDES e às obrigações de concessão, transferindo para as seguradoras os riscos relacionados a operação da usina.

Os seguros contratados pela Companhia estão demonstrados a seguir:

Tipo de cobertura	Importância segurada R\$	Vigência da cobertura
Riscos operacionais (i)	1.000.000	30/06/2023 a 30/06/2024
Responsabilidade civil geral (ii)	70.000	30/06/2023 a 30/06/2024
Responsabilidade Civil de Administradores (D&O) (iii)	50.000	31/12/2023 a 31/12/2024
Frota (iv)	100% da tabela FIPE	27/04/2023 a 27/04/2024

(i) Operacional

O seguro de Riscos Operacionais da Jirau Energia cobre perdas ou danos materiais causados aos bens segurados pela apólice, obras civis (edificações e benfeitorias) e equipamentos (máquinas, móveis e utensílios), relacionados às atividades de Operação e Manutenção da empresa. O valor em risco e o respectivo limite máximo de indenização e foi renovada de 30 de junho de 2023 até 30 de junho de 2024.

(ii) Responsabilidade civil geral

Este seguro cobre os danos provocados a terceiros, de responsabilidade civil geral e visa indenizar o segurado por quaisquer quantias que ele seja responsável por pagar, legalmente, em relação a morte, dano corporal, interferência, transgressão ou incômodo que ocorram durante o período de vigência e decorram de ou sejam relativos ao negócio. A vigência deste seguro que cobre os riscos foi renovada de 30 de junho de 2023 até 30 de junho de 2024.

(iii) Responsabilidade civil de administradores

O presente seguro de D&O é um seguro de responsabilidade civil, contratado pela Jirau Energia em benefício de pessoas físicas que nela, e/ou em suas subsidiárias ou entidades externas, exerçam, passem a exercer

e/ou tenham exercido, cargos de administração, de gestão e/ou executivos, em decorrência de nomeação, eleição ou contrato de trabalho.

(iv) Frota

O seguro de frota da Jirau Energia cobre danos parciais ou integrais que aconteçam aos veículos dos executivos e aos caminhões próprios da empresa.

27. COMPROMISSOS

A Jirau Energia assumiu compromissos por meio do Contrato de Concessão, entre os quais se destacam:

- A aplicação, anualmente, um percentual de 1% de sua receita operacional líquida - ROL, apurada de acordo com o disposto no Manual do Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE), em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica - P&D, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL, nos termos da Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, conforme alterada.
- A garantia firmada oriunda do Edital de Leilão - ANEEL 02/2011 (Leilão A-3, de agosto de 2011), que foi totalmente liberada em fevereiro de 2017, pela SCG/ANEEL, nos termos descritos no item 13.4 do edital de Leilão 02/2011. A garantia de cumprimento das obrigações assumidas no Contrato de Concessão, conforme item 12 do Edital de Leilão nº 05/08 (entre as quais se destacam a obtenção de LI, incluindo projetos socioambientais, e de LO), no valor inicial de R\$650.000, que foi totalmente liberada pela SCG/ANEEL, nos termos da subcláusula 13ª da cláusula 7ª do Contrato de Concessão de 2008.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Maurício Stöle Bähr
Presidente

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Conselheiro

Eduardo Antonio Gori Sattamini
Conselheiro

Noriaki Watanabe
Conselheiro

Richard Jacques Dumas
Conselheiro

Marisete Fátima Dadald Pereira
Conselheira

João Henrique de Araújo Franklin Neto
Conselheiro

Koichi Katayama
Conselheiro

Carla de Andrade Souza e Andrade Pinto Werdine
Machado
Conselheira

Camila Gualda Sampaio Araújo
Conselheira

DIRETORIA EXECUTIVA

Edson Luiz da Silva
Diretor-Presidente

Júlio César de Oliveira Freitas
Diretor Administrativo e Financeiro

Diego Collet
Diretor de Operação

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE/FISCAL

Alessandra Vairão Brum Linhares
Contadora
CRC nº RJ 105135/O-9

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Jirau Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Jirau Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Jirau Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 1º de fevereiro de 2024

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

Fernando de S. L. L.
Fernando de Souza Leite
Contador
CRC nº 1 PR 050422/O-3